

Fiesp quer ajuste fiscal de emergência

SÃO PAULO — Não à dolarização, e ajuste fiscal de emergência já. Essas foram as bandeiras erguidas ontem pelo Conselho Superior de Economia da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), que divulgou documento com a proposta de uma "ponte" fiscal e tributária a vigorar até a aprovação da reforma fiscal e tributária. Essa ponte estaria condicionada a tópicos: os tributos criados nessa emergência seriam abolidos quando da entrada do novo sistema tributário; as receitas não seriam partilhadas com estados e municípios; a arrecadação seria vinculada integralmente à redução da dívida mobiliária interna da União; redução dos juros reais praticados pelo Banco Central; controle de gastos do governo, aperfeiçoamento na aprovação e execução do orçamento e estímulo a setores da economia em que a oferta pode responder com rapidez.

"Já que a reforma ampla leva tem-

po e há dificuldades grandes, como transferências estaduais e municipais, temos que fazer algo modesto, mas possível", explicou o diretor do departamento de economia da Fiesp, Walter Sacca. "Entre o imprescindível, o importante e o nada, que se faça no curto prazo parte dela. É preciso tomar iniciativa para minorar os efeitos da recessão e não prolongar a recessão enquanto a ampla reforma é discutida."

Retórica — Este posicionamento do Conselho de Economia da Fiesp traduz a preocupação dos empresários com as interferências da crise política na economia. "As grandes preocupações são as dificuldades cada vez maiores para a aprovação rápida da reforma fiscal e a ameaça da dolarização, que nasceu de artigo publicado pelo ex-ministro Mário Henrique Simonsen na revista *Exame*", explicou o economista José Roberto

Mendonça de Barros, na reunião junto com outros economistas (ex-ministros da Fazenda Mailson da Nóbrega e Luis Carlos Bresser Pereira, e Paulo Nogueira Batista Júnior).

Empresários e economistas preferiram não aprofundar os comentários sobre o pronunciamento do presidente Fernando Collor e os rumos da crise política. "Estamos tomando uma posição firme", despistou o presidente da diretoria executiva do Grupo Itaúsa, Olavô Egydio Setubal. "Prefiro não falar sobre política", resumiu Mailson da Nóbrega.

Entre os que se posicionaram, Bresser Pereira foi quem bateu mais. "As palavras dele não foram convincentes, mas ele deixou muito claro que não vai renunciar e isso era o esperado", disparou Bresser Pereira. "Para atacar a inflação é preciso um acordo político e social que este governo não tem condições de fazer."